

# ENTREVISTA PROF. DR. CLAUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO<sup>1</sup>

## PROFESSOR CLAUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

possui Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1987), Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1992), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1992), Diplôme d'Études Approfondies/D.E.A. em Estudos das Sociedades Latino-Americanas pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1995), Doutorado em Geografia Ordenamento Territorial Urbanismo pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1999) e Pós-doutorado na Università Ca' Foscari di Venezia (2011). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de geografia, com ênfase em geografia urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: serviços sociais, políticas públicas, trabalho e desenvolvimento territorial.

*Entre-Lugar - Professor Claudio Castilho, fale um pouco sobre sua trajetória de vida, pessoal e profissional, e suas escolhas que o levaram pelo caminho da Geografia.*

Claudio Castilho - Embora não goste muito de falar sobre mim, momento como este é de fundamental relevância para pararmos um pouco a fim de pensar e refletir sobre o que temos feito em nossa vida, considerando, ao mesmo tempo, suas dimensões pessoal e profissional, uma vez que uma está intrinsecamente relacionada à outra. Desse modo, como o processo permanente de formação profissional de uma pessoa sempre está atrelado ao seu ser no mundo vivido, desde os meus primeiros passos que venho tendo relações com a Geografia. Ao nascer (1963), meu pai havia comprado para mim a Enciclopédia Tesouro da Juventude, que, àquela época, era uma das mais conhecidas e lidas aqui no Brasil.

Sempre curioso, observador e atento a tudo que me cercava, ainda sem saber ler, comecei (mais ou menos aos 7 anos de idade, quando meus pais perceberam que os volumes não seriam rasgados por uma criança muito irrequieta) a folhear as páginas da Enciclopédia (a qual, àquela época, fazia a vez de um “computador”). O que mais me atraía naqueles volumes eram as imagens referentes às paisagens “naturais” e “humanas” dos diversos lugares da Terra (montanhas, vulcões, rios, vegetação, etc.), bem como àquelas que identificavam diferentes paisagens dos diferentes países e cidades do nosso Planeta. A partir da quinta série do primeiro grau, interessei-me mais pelas paisagens urbanas, focando minha atenção sempre para os seus monumentos históricos, os quais me aproximaram também das diferenças culturais dos diversos territórios representados.

Foi justamente nesta série (cursada na Escola Estadual Governador Barbosa Lima Sobrinho) que tive contato com a Geografia como disciplina escolar, ressaltando o privilégio de ter tido uma excelente Professora (Sra. Berenice). Isto porque, além da sua didática bastante dinâmica e do seu compromisso com uma formação global do educando, ela ensinada Geografia,

<sup>1</sup> Entrevista realizada pelo Professor Marcos Leandro Mondardo e pelas mestrandas Rúbia Duarte Parene e Bárbara Regina Ferrari da UFGD.

também, a partir dos diapositivos referentes às suas viagens pelos continentes europeu, asiático e americano. Daí, pode-se dizer que minha paixão pela Geografia foi-se consolidando cada vez mais, de tal maneira que não pensava em outra coisa na vida que não fosse viajar para conhecer aqueles territórios a fim de ver de perto os aspectos diferentes das suas paisagens. Ao mesmo tempo, quando ligava a TV ou o rádio, da mesma maneira que quando folheava uma revista ou um jornal, meu interesse voltava-se para assistir a algum programa ou ler alguma matéria sobre países, cidades, natureza.

Ademais, sempre curioso, manifestei interesse, desde cedo, não somente pelas diferenças, como também pelas desigualdades observadas na paisagem da cidade onde nasci, Recife (bairros de gente rica X bairros de gente pobre, gente comendo todos os dias X gente que passava fome). Desse modo, mesmo não sabendo ainda distinguir, conceitualmente, diferença de desigualdade, tal problema já atraía minha atenção, tanto que não parava de perguntar aos adultos próximos a mim sobre as causas que os provocavam.

Diante do acima exposto, percebe-se que eu estava, paulatinamente, reunindo algumas das condições fundamentais para tornar-me um geógrafo, quais sejam: percepção do espaço como ponto de partida para o pensamento; tendência para apreender, por meio do uso da observação, tudo o que acontecia no entorno do espaço; consideração das diferenças presentes no espaço; e formulação de problemas a partir do que percebia no espaço.

*Entre-Lugar - Quais foram às produções bibliográficas e os pensadores fundamentais que influenciaram sua formação acadêmica?*

Claudio Castilho - Apesar de, no início, ter-me aproximado da geomorfologia, terminei apaixonando-me pela geografia urbana desde quando cursei esta disciplina no Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco do qual, hoje, sou Docente. Todavia, como nunca hesitei fazer o exercício da interdisciplinaridade, não conseguia entender a cidade separada do contexto da formação histórico-territorial brasileira e nordestina. Por isso, simultaneamente, optei pela leitura das obras de Caio Prado Júnior (Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil), Celso Furtado (Formação Econômica do Brasil), Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil), bem como Manuel Correia de Andrade (A Terra e o Homem no Nordeste), Josué de Castro (Geografia da Fome e Documentário do Nordeste), Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, etc.).

No âmbito especificamente da Geografia, muitas foram as obras lidas, relidas e refletidas, dentre as quais cito as seguintes: Yves Lacoste (Geografia do Subdesenvolvimento, A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a Guerra, etc.), Pierre George (Geografia Ativa, O Homem na Terra), Claude Raffestin (Por uma Geografia do Poder), Armand Frémont (Région, Espace Vécu), David Harvey (Justiça Social e Cidade, The Urban Experience, etc.), Milton Santos (Por uma Geografia Nova..., Espaço e Sociedade, L'Espace Partagé, O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo, Metamorfoses do Espaço Habitado, O Espaço do Cidadão, etc.), dentre tantos outros.

Confessando, de maneira livre e antidogmática, minha preferência pela contribuição do último geógrafo supracitado em minha formação, a leitura das suas obras aproximou-me de outros pensadores que contribuíram bastante para a epistemologia tanto no seio da ciência em geral como no da Geografia. Daí a leitura profícua de obras de Henri Lefèbvre (*La Production de l'Espace, La Révolution Urbaine, Du Rural à l'Urbain, etc.*), Karl Marx (*O Capital*), Karl Marx e Friedrich Engels (*Ideologia Alemã, Manifesto do Partido Comunista, etc.*), Friedrich Engels (*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, etc.*), Jean Paul Sartre (*Esboço para uma Teoria das Emoções*), Michel Foucault (*Microfísica do Poder, A Ordem do Discurso, A Arqueologia do Saber, etc.*).

Foi o conjunto dessa produção bibliográfica, dentre outras obras, que contribuiu sobremaneira para a formação do geógrafo Cláudio J. M. de Castilho no âmbito da teoria e prática – práxis – social crítica. Alguns dizem que não se pode combinar esse conjunto de autores porque pertencem a diferentes paradigmas teórico-metodológicos, o que não faz nenhum sentido para mim na medida em que, apesar de óticas diferentes, cada um trouxe sua contribuição para o entendimento da realidade social no sentido da sua transformação das condições de vida das pessoas em algum sentido.

Eu, na verdade, considero-me livre de qualquer postura teórica e metodológica como camisa-de-força. Desse modo, parto do pressuposto de que a realidade espacial da sociedade é uma totalidade complexa que só pode ser apreendida para ser analisada e explicada no sentido da sua transformação quando se coloca em prática o diálogo entre pesquisador e espaço, entre teorias, entre metodologias e entre alternativas de superação dos problemas sociais abordados.

Portanto, não sou “contra o método”, mas penso que é muito mais salutar fazer escolhas teórico-metodológicas próprias do que partir de alguma metodologia (positivismo, estruturalismo, funcionalismo, materialismo histórico e dialético, fenomenologia, existencialismo, etc.) como camisas-de-força. Isso, sobretudo, para combater o reprodutivismo inconsequente, fazendo valer metodologias que realmente consigam dar conta dos problemas de pesquisa histórico-geograficamente contextualizados.

*Entre-Lugar - Professor, quais são as principais características de um movimento social?*

Claudio Castilho - Não é fácil definir Movimentos Sociais (MS), notadamente em função do seu caráter excessivamente fluído, dinâmico, rebelde e escorregadio. Devemos, assim, levar em conta que MS constituem processo latente e, ao mesmo tempo, dinâmico, cujos fluxos, em determinados momentos da História, explodem por alguma circunstância que os impulsionam a usar e ocupar os diversos espaços de relevância do acontecer social. Por isso, não se deve confundir qualquer ação de protesto e mobilização social como movimentos sociais, muito embora tais ações possam desembocar em MS. Isto quer dizer que não basta haver mobilização social fomentando protestos que ocupam ruas, praças, parques, instituições públicas ou privadas dentre outras ações sociais para defini-las como movimentos sociais efetivos. Contudo, na minha opinião, se tais ações, hoje reforçadas pelo uso de novas tecnologias informacionais como nos tem ensinado Manuel Castells, extrapolam tais táticas

de ação no sentido de influir na construção de outra racionalidade de produção dos espaços geográficos, ter-se-iam sim esboços de MS. Desse modo, norteando-se por princípios de identidade, oposição e totalidade, tal como havia pensado Alain Touraine, MS constituem processos sociais capazes de combater os imperativos da racionalidade técnica instrumental do capitalismo neoliberal, fazendo valer, por exemplo, uma outra racionalidade em termos de produção de espaços demasiadamente humanos. Neste sentido, Enrique Leff vem refletindo sobre perspectivas de concretização de uma “racionalidade ambiental” pela qual penso ser possível garantir justiça social e qualidade de vida como parâmetros preponderantes à promoção do “Bem-Viver” dos homens na cidade ou no campo, algo que ultrapassa o nível do Bem-Estar.

Diante do acima exposto, pode-se considerar como características principais dos MS: ações sociais dinâmicas, práxis efetivas, no contexto histórico-geográfico, como totalidade complexa, movimentando-se permanentemente em algum sentido, o qual pode acontecer tanto no da manutenção da situação existente (dependendo das forças que estejam à sua frente) quanto no da sua transformação efetiva.

Sem querer entrar neste embate agora, prefiro reter-me no papel transformador dos MS, daí porque, em 2000, criei o grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU). Isso, sobretudo, para, pelo menos tentar mitigar o sofrimento do nosso povo, preocupação que me acompanha desde o início da minha formação, antes mesmo de tornar-me um geógrafo. Desse modo, sem oportunismos e dirigismos, eu, junto com meus alunos (de graduação, mestrado e doutorado), temos ultrapassado a fronteira da academia para penetrar em territórios vividos pelas pessoas que sofrem (com ameaças de remoção, descaso da parte da gestão pública para com sua existência precária de vida, etc.) a fim de realizar atividades de assessoria junto aos seus “MS”, dentre as quais se destacam: o reforço dos seus valores referentes a união, solidariedade e autonomia; o debate sobre sua posição na cidade; e o encorajamento das suas iniciativas visando ao reforço das suas lutas. Acredito que, desta forma, o MSEU está cumprindo com um dos requisitos fundamentais para a formação do “lugar forte” na medida em que não entramos em seus territórios para levar receitas prontas de luta e modelos utópicos de sociedade, mas reforçamos o que eles já possuem nesse sentido.

*Entre-Lugar - Considerando as suas pesquisas sobre Políticas Públicas habitacionais, poderia citar um exemplo de política públicas implementada em Recife que tenha se efetivado?*

Claudio Castilho - De fato, realizei, ao longo dos últimos oito anos, pesquisa financiada pelo CNPq sobre políticas públicas de habitação de interesses social em Recife, cujo principal objetivo consistiu em demonstrar a natureza de tal política, sobretudo para avaliar em que medida a gestão urbana do Partido dos Trabalhadores estava fazendo algo substancialmente diferente.

Fica difícil trazer para o espaço restrito de uma entrevista todas as inferências de uma pesquisa tão longa, porém tentarei responder-te em poucas palavras. No caso das ações do Programa de Subsídio às Habitações de Interesse Social (PSHIS), instrumento institucional

mediante o qual se removeu famílias de territórios historicamente construídos em áreas localizadas às margens e próximas de rios (palafitas, favelas) para novos conjuntos habitacionais implementados pela Prefeitura do Recife localizados em outras áreas da cidade, houve, em princípio, uma percepção de que tais famílias mudariam de vida: “para melhor”, segundo o discurso da gestão urbana local, o qual conseguiu envolver e atrair as famílias atingidas pelo Programa, criando-lhes expectativas de mudança.

Se por um lado, um número considerável de famílias que antes moravam em palafitas e favelas sob as condições ambientais mais precárias possíveis de se imaginar; por outro, comecei a questionar a forma mediante a qual o PSHIS estava sendo implementado, em sua complexidade. Primeiramente, as ações iniciais de remoção das famílias (pobres) aconteceram em áreas cobiçadas e revalorizadas pelo complexo imobiliário-comercial-financeiro inerente ao atual processo de produção capitalista do espaço urbano em Recife: em trechos do rio Capibaribe situados no bairro Torre e na orla marítima situada no bairro Brasília Teimosa ao norte do conjunto dos bairros Pina-Boa Viagem, área de forte especulação imobiliária em Recife.

Essas famílias foram praticamente “jogadas” nos citados conjuntos habitacionais, e as áreas de onde haviam sido removidas receberam obras de infraestrutura urbana que contribuíram para seu processo de valorização espacial (arborização, equipamentos de lazer e de recreação, etc.), reforçando a gentrificação de áreas ribeirinhas. Por outro lado, após a sua remoção para os “novos” conjuntos habitacionais, as famílias pobres passaram a enfrentar uma série de problemas dentre os quais, segundo elas mesmas, destaco: a Prefeitura só os jogou nos respectivos conjuntos habitacionais construídos para tal finalidade, sem lhes dar nenhum apoio no que concerne ao processo de adaptação à nova moradia, daí os problemas relativos ao viver em imóveis verticais e em sistema de condomínio um tanto avesso à sua cultura original; perderam o acesso a uma rede de ações assistenciais de ONGs, Igreja, etc.; ficaram mais distantes dos seus postos de trabalho vinculados ao circuito inferior da economia urbana do qual participavam; passaram a ter despesas com pagamento de contas de energia elétrica e taxa condominial antes inexistentes em suas vidas; perderam o contato com a natureza (a água, o mangue, etc.). Enfim, as famílias foram simplesmente arrancadas dos seus próprios tecidos territoriais historicamente construídos por elas mesmas no curso da sua vida na cidade, o que nos levou a inferir que, em vez de moradores-cidadãos, as ações do referido Programa terminaram reforçando mais a formação de inquilinos-consumidores.

Diante de tal quadro de referências, passei a questionar em que medida este Programa constituiu efetivamente uma política pública, na medida em que o que se observou foi a repetição de um verdadeiro processo higienista de urbanismo em favor dos interesses hegemônicos capitalistas na cidade. Simultaneamente, com base no questionamento sobre o papel das (novas) esquerdas colocado por Zygmunt Bauman, concluímos que se conseguiu fazer em Recife de maneira mais competente o que “os conservadores” não tiveram a competência de fazê-lo, daí o sucesso da repetição da concretização da estratégia da “limpeza urbana” a fim de afastar os indesejados dos espaços de interesse econômico.

*Entre-Lugar - De que forma suas pesquisas, com enfoque no âmbito dos movimentos sociais, fomentam para mudanças efetivas a serem praticadas no espaço urbano de Recife?*

Claudio Castilho - Creio que as pesquisas realizadas com base nas atividades do MSEU, como já disse acima, têm influenciado, sobretudo, no pensar e fazer junto aos MS, os quais constituem também atores fundamentais no processo de produção do espaço urbano. Neste caso, destaco seu papel em contribuir para o que se pode pensar e fazer em termos de algo efetivamente diferente, ou pelo menos que consiga mitigar o sofrimento das pessoas, notadamente daquelas que sempre foram alijadas do circuito superior da economia e da vida urbanas.

O MSEU tem atuado em territórios vividos pelos pobres no sentido de fortalecer suas ações sociais na cidade, reforçando, sem dirigismos, os valores inerentes às suas próprias histórias de vida na produção territorial. Ao mesmo tempo, o MSEU coloca-se como intermediário entre os desejos concretos do povo e as tentativas de alienação do espaço vivido inerentes aos projetos urbanísticos elaborados alhures com base em um transcendentalismo institucional que não tem nenhum sentido para os atingidos.

Com isso, o MSEU pretende, no âmbito de uma pedagogia política, contribuir para a democratização efetiva da gestão pública na cidade, o que só se consegue a partir do exercício de uma práxis, efetivamente, dialógica entre a teoria e a prática sobre o espaço, entre os níveis instituído e vivido da gestão e do planejamento urbanos, etc. A propósito, nunca se deve esquecer de alguns dos ensinamentos inerentes a um dos momentos do processo de epistemologia da geografia: é preciso pensar o espaço para nele se organizar, para nele combater... (Yves Lacoste), isso a fim de fazer valer o espaço do cidadão (Milton Santos)!

*Entre-Lugar - Do seu ponto de vista, como o avanço da Geografia brasileira contribui para a luta e resistência dos movimentos sociais urbanos?*

Claudio Castilho - Sem sombra de dúvidas que nosso campo do conhecimento científico tem contribuído bastante para o acontecer dos MS, notadamente quando muitos de nós temos trabalhado como cientistas-filósofos (como diz Boaventura S. Santos), a partir de uma geografia ativa sempre comprometida com a mudança social.

Utilizo aqui os termos mudança social numa perspectiva realista, ou seja, com os pés no chão (tal como colocou David Harvey). Por exemplo, a mitigação do sofrimento de pessoas pobres quando conseguem manter-se nos espaços ocupados, segundo suas próprias escolhas, é também considerado como mudança. O acesso das populações pobres a serviços públicos (saúde, educação, transportes públicos, etc.) com a qualidade que lhes é devida, que tem sido objetivo das principais ações das mobilizações sociais na cidade e no campo brasileiros, também são conquistas muito importantes para a mudança social. Mudança social efetiva é, portanto, um processo que não acontece em um tempo curto e em um espaço limitado; muito ao contrário ela requer saltos espirais permanentes envolvendo uma totalidade complexa em permanente movimento em algum sentido.

Na medida em que muitos geógrafos se debruçam sobre tais temas no Brasil, com base em escolhas teórico-metodológicas críticas, a nossa Geografia vem dando contribuições relevantes ao processo de elucidação da realidade social a partir da abordagem espacial. O que, por seu turno, é uma perspectiva global de fazer geografia na medida em que existem, no mundo, diversos fazeres da Geografia neste sentido. Ano passado (2014), tive a honra de conversar com o geógrafo Claude Raffestin, em seu apartamento na cidade de Turim (Itália), que me disse que a ciência só conseguirá contribuir para mudar o mundo quando eger como problema de suas pesquisas “o que faz as pessoas sofrerem em seus territórios”. E isso não somente para dar visibilidade a tais problemas como, ao mesmo tempo, para, de algum modo pensar e apresentar alternativas para resolver os problemas que causam o sofrimento das pessoas. Soluções, aliás, que devem partir do diálogo com quem vive os problemas abordados, ouvindo e contemplando os desejos de quem de fato os vivenciam no seu cotidiano.

*Entre-Lugar - Quais são as principais práticas turísticas que modificam o espaço urbano? E como essas práticas influenciam na geração de territórios em Recife?*

Claudio Castilho - Talvez pelo seu próprio caráter de atividade preponderantemente voltada para os mercados de consumo, as práticas turísticas de modificação do espaço urbano (turistificação urbana, segundo George Cazes) têm reproduzido as relações capitalistas de produção na cidade. Ainda que sob o discurso do turismo como promotor do desenvolvimento social (urbano ou territorial), na verdade, quem realmente se beneficia do incremento das atividades de interesse turístico continuam sendo os empresários ligados ao setor e às categorias de trabalhadores que tiveram acesso a uma formação mais completa na área.

Desse modo, o crescimento, a diversificação e a modernização das atividades de interesse turístico acabam reforçando a realidade territorial exacerbadamente desigual dos nossos espaços urbanos. Nesta perspectiva, a produção territorial do/para o turismo continua sendo bastante seletiva e excludente, ou seja, selecionando os territórios secularmente valorizados pela lógica capitalista na cidade para nelas concentrar seus fixos e fluxos, negligenciando os demais territórios da cidade, isto é, aqueles que constituem o espaço banal, logo, os homens lentos.

Enfim, turismo só poderá constituir fator de produção do espaço no sentido do desenvolvimento territorial efetivo, na medida em que os problemas históricos do país tiverem sido resolvidos a exemplo do que se refere à questão da ainda inexistente cidadania plena no Brasil. Daí, turismo *per se* não é fator de desenvolvimento, mas, como dizia George Cazes, “é o desenvolvimento que faz do turismo fator de desenvolvimento”...

*Entre-Lugar - Em seu Estágio de pós-doutorado na Itália você observou as políticas públicas desenvolvidas pelos governos de esquerda, detendo-se aqui no Brasil para o Governo atual do PT. Você levanta comparações entre a cidade de Recife e Bolonha. Quais são as principais diferenças quanto às políticas públicas voltadas à questão social e econômica das populações mais pobres identificadas em sua pesquisa nas duas cidades? E quais são as contribuições de experiências e vivências em Bolonha que pode trazer para Recife como uma ação efetiva?*

Claudio Castilho - Bolonha ousou ao ter usado da criatividade em termos de implementação de políticas públicas de habitação de interesse social. Entre os anos 60 e 70 do século XX, houve naquela cidade um processo, liderado por uma gestão urbana de esquerda, de “revitalização” urbana mantendo as famílias pobres nas áreas “revitalizadas”, muito embora a gentrificação tenha acontecido cerca de uma década após. Contudo, foi tal ousadia e criatividade que, segundo o filósofo francês Olivier Mongin, fez de tal experiência uma referência pioneira no mundo inteiro.

Foram tais coincidências (gestão urbana por um grupo político “de esquerda” e maior sensibilidade para com questões sociais) que, em princípio, levou-nos a elaborar um projeto de caráter comparativo entre as políticas públicas de habitação de interesse social entre Bolonha e Recife, não obstante as diferenças em termos de tempo e espaço, modelo de sociedade e cultura política entre a Itália e o Brasil.

Destaco apenas três contribuições: a primeira reside no fato de que qualquer classe social consegue, onde quer que esteja, fazer valer seus desejos, quando estão bem organizadas e articuladas social, política e espacialmente; a segunda é que é possível fazer algo diferente em termos de gestão urbana, sob um conjunto de adversidades ligadas aos interesses hegemônicos vinculados à racionalidade técnica instrumental do capitalismo; e a terceira é que a organização e articulação socioespacial deve continuar acontecendo para conseguir influir na gestão urbana, caso contrário a capacidade do “combate no espaço” enfraquecerá e a “guerra será perdida”.

E foi o que aconteceu em Bolonha e em Recife, embora haja uma diferença substancial entre ambos os lugares visto que o primeiro localiza-se em um país em que questões atinentes à cidadania haviam sido resolvidas, enquanto que o segundo localizava-se em um país em que a cidadania ainda é muito limitada. Diversidade que faz diferença quanto aos resultados de qualquer política pública.

*Entre-Lugar - Qual sua visão sobre a crise econômica brasileira na atualidade e seus impactos na continuação da implantação das políticas públicas habitacionais no Brasil?*

Claudio Castilho – Crise? Tudo bem, podemos até admitir que ela existe, principalmente porque crises são inerentes ao sistema capitalista de produção. Acredito até que já tivemos crises piores. Porém, em que medida a crise está acontecendo tal como os discursos veiculados na mídia estão mostrando e repetindo todos os dias, querendo que acreditemos sempre no pior. Penso que devemos indagar sobre o que está por detrás de tal intencionalidade. Será



que não há uma situação de superdimensionamento da crise para, como mais uma fábula, iludir o povo, fazendo valer a permanência dos interesses hegemônicos?

Com efeito, as classes hegemônicas brasileiras, sobretudo pelo seu desejo de separar-se do povo, nunca aceitaram os avanços que se teve, pelo menos, nos dois períodos do governo Lula e no primeiro do governo Dilma, em termos de acesso a espaços antes frequentados preponderantemente pelos grupos mais destacados da classe média.

Está claro que tais avanços aconteceram mais no sentido da promoção do acesso às escolas técnicas, às universidades, aos supermercados, aos aeroportos, aos hotéis, aos lugares turísticos, etc. Todavia, constituiu algo bastante significativo em nosso país. Se em certa medida fazemos alguma crítica na perspectiva de que tal acesso não tenha ainda proporcionado a qualidade devida, talvez estejamos exigindo muito uma vez que a mudança social, pela sua própria complexidade, possui uma dimensão muito maior, não dependendo somente do Estado...

Porém, há um sério problema em termos de gestão e planejamento territoriais, atrelado a um contexto de permanência, na história da formação territorial brasileira, do uso de uma série de estratégias de corrupção e clientelismo que não se consegue controlar, bem como do corporativismo que tem ameaçado o equilíbrio entre os três poderes que constituem nossa República. Somado a isso, destaco também as crises financeiras de empresas estatais que de uma certa feita bancavam as políticas públicas do Estado brasileiro, daí a redução da liquidez disponível para a continuidade no processo da sua implementação. Tais problemas não são meramente conjunturais, mas estruturais, daí porque se deve compreendê-los no âmbito de uma totalidade complexa a fim de retomar a capacidade (do Estado e da Sociedade Civil) no sentido de, através do diálogo permanente, ousar e criar um espaço demasiadamente humano. E é aí que os movimentos sociais devem deixar seu estado de latência para retomar os diversos espaços públicos para reivindicar o novo...

*Entre-Lugar - Quanto ao projeto de Pesquisa sobre a Gestão urbana e o Partido dos Trabalhadores (PT) ao qual você coordena atualmente, como avalia os projetos sociais do Governo do PT nos últimos anos, em relação ao acesso à moradia, e o desenvolvimento de políticas públicas que atendem os residentes nas palafitas e nas favelas em Recife? E quais os resultados das análises primárias dos discursos promovidos pelo Governo?*

Claudio Castilho - A resposta dada à questão oito desta entrevista contempla muito bem o conteúdo desta última. Porém, aproveito este ensejo para complementá-la, bem como outras acima respondidas a exemplo da questão nove. No que diz respeito ao governo do PT, creio que tivemos muitos avanços os quais foram fundamentais para a inserção (não ainda a integração) de muitas famílias pobres no espaço geográfico (não utilizo aqui a expressão “mercado urbano” porque a acho muito reducionista); o que pode ser reforçado por uma mera comparação da situação dessas pessoas nos nossos dias com relação aos governos que precederam os do PT.

Todavia, para a integração efetiva dessas famílias, possibilitando-lhes a concretização do *direito à cidade*, é preciso que a sociedade continue organizada, articulada e com capacidade de pressão para que o Estado continue dando saltos sociais mais interessantes.

Não basta colocar pessoas “de esquerda” para dentro do Estado, sem pressioná-las no sentido de fazer valer, também, os seus interesses. Caso contrário, como disse na resposta à questão oito, as esquerdas, sobretudo se tiverem personalidade fraca, passarão a atender os interesses que já estão secularmente em pauta nas três instâncias do poder do Estado brasileiro.

Na verdade, o que falta à sociedade (e não a x, y ou z) é continuar sempre revendo seus pensares e seus fazeres a fim de aperfeiçoar uma práxis cada vez mais voltada à produção de espaços para a realização plena da vida humana em toda a sua complexidade.